

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 471.208 - RS (2014/0018254-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : ALPHEU JOSÉ DE BONI - ESPÓLIO
ADVOGADOS : CARLOS ROBERTO KIRCHHOF E OUTRO(S) - RS030654
RAQUEL HECK MARIANO DA ROCHA E OUTRO(S) - RS053985
IANAE DANIEL MARTINS DA CUNHA MARTELLI - RS060331
RAFAEL WEYNE VARGAS E OUTRO(S) - RS085086
AGRAVANTE : HOMERO ANTONIO DE BONI - ESPÓLIO
ADVOGADOS : PAULO FELIPE BECKER - RS040551
MARIA AMELIA DE BONI E OUTRO(S) - RS063770
AGRAVADO : ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS CAXIENSE LTDA - MASSA
FALIDA
ADVOGADO : NELSON CESA SPEROTTO E OUTRO(S) - RS021005
INTERES. : MARIO ANTONIO DE BONI - ESPÓLIO
ADVOGADO : ANTÔNIO CARLOS DE BONI E OUTRO(S) - RS006242

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto pelo ESPÓLIO DE ALPHEU JOSÉ DE BONI contra decisão que inadmitiu o recurso especial por impossibilidade de reexame de fatos e provas e ausência de prequestionamento (e-STJ fls. 1.145/1.155).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fls. 1.006/1.008):

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS. FALÊNCIA. FRAUDE EVIDENCIADA. PRELIMINARES AFASTADAS. LEGITIMIDADE PASSIVA. PRESCRIÇÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA.

Da legitimidade passiva

1. A legitimidade está alicerçada na exordial na responsabilidade do sócio Homero pelos atos fraudulentos praticados, não sendo necessária maior análise quanto à aferição da extensão daquela nesse momento, sob pena de adentrar no mérito da contenda, o que será objeto de análise a seguir.

Da prescrição da pretensão

2. A ação se origina de ato ilícito que importe em lesão ao direito pugnado, sobre o qual existia notícia criminis, sendo que não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva, desde que, é claro, o fato punível esteja sendo apurado mediante ação penal, o que ocorreu no caso em exame.

3. Ajuizada a presente demanda, em 01.04.2002, quando ainda tramitava a ação penal sobre os mesmos fatos, cuja sentença foi prolatada em 31.10.02. Inteligência do disposto no art. 200 do Código Civil.

Do cerceamento de defesa

4. Cerceamento de defesa não caracterizado, porquanto acostado ao feito documentação suficiente para o deslinde do litígio, oportunizada às partes a vista e impugnação daquela.

5. Oportuno ressaltar que, de acordo com o que dispõe o art. 396 do CPC, a prova documental dever ser trazida aos autos pelo autor com a petição inicial e pelo réu com a defesa.

6. Ademais, o Juiz é o destinatário das provas, cabendo a ele aferir sobre a necessidade ou não de sua produção, a teor do que estabelece o art. 130 do CPC.

Mérito do recurso em exame.

7. Impende consignar a independência das esferas civil e criminal, consoante estabelece o art. 935 do Código Civil, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato,

ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.

8. Os demandados agiram de forma ruínosa na condução do objetivo social da empresa falida, frustrando a arrecadação dos bens e conseqüentemente o pagamento dos credores, ficando prejudicada a localização de outros bens diante dos desvios procedidos durante a gestão dos demandados.

9. É insofismável o dano causado à falida, pois as manobras administrativas dos sócios desta ocasionaram a sua derrocada econômica, visto que praticaram atos manifestamente irregulares, contrárias ao objetivo social da falida e à própria lei, como por exemplo, a utilização de conta corrente paralela ("caixa 2"), o favorecimento de cotas tituladas por pessoas ligadas à empresa (parentes, amigos, funcionários, etc.), e acertos de cobrança que não eram repassados aos grupos de consórcio, sendo apropriados pelos sócios.

10. A responsabilidade dos sócios da empresa falida, ora demandados, decorre da prática dos atos ilícitos supracitados na condição de administradores da empresa que teve a sua quebra decretada, em desconformidade com o objeto social e a ordem legal, consoante estabelecia o art. 10 e 16 da Lei nº 3708 de 1919, cuja previsão atual está nos arts. 990, 1010, § 3º, e 1.080, todos do Código Civil, de sorte que a atuação irregular daqueles os tornam solidários com as obrigações da falida que resultaram destes atos.

11. Ademais, a responsabilidade dos réus está caracterizada não só na culpa, ou seja, na imperícia e negligência com que administraram os negócios da empresa resultando na derrocada econômica desta, como também no dolo ao agirem desta forma, razão pela qual devem reparar os prejuízos causados aos credores da falida e a esta em virtude dos ilícitos civis e comerciais que praticaram na referida gestão, tendo em vista que comprovado o dano e sua extensão, bem como o nexo causal quanto aos agentes que praticaram estes, quer por ação como por omissão, conforme descrito nos itens anteriores, consoante estabelecem os arts. 186 e 187, ambos do Código Civil.

12. Manutenção da verba honorária fixada no Juízo *a quo*, pois remunera apropriadamente o trabalho realizado pelo patrono do demandante.

Afastadas as preliminares suscitadas e negado provimento aos recursos.

Embargos de declaração rejeitados (e-STJ fls. 1.063/1.071 e 1.073/1.081).

No recurso especial (e-STJ fls. 1.116/1.137), com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da CF, o recorrente apontou violação dos seguintes dispositivos legais:

(i) arts. 131 e 535, II, do CPC/1973, sob o fundamento de que "o acórdão embargado foi, sim, omisso, na medida em que deixou de analisar (i) o pedido sucessivo formulado pelo ora recorrente (no sentido de que fosse limitada a responsabilidade de ALPHEU ao período em que este exerceu a administração da empresa e aos prejuízos comprovadamente causados por sua gestão, cuja apuração deve ocorrer em sede de liquidação de sentença); e (ii) a questão referente à particularização da conduta dos réus!" (e-STJ fl. 1.124). Afirma que "igualmente não houve qualquer manifestação quanto aos fatos de que (i) ALPHEU se retirou da sociedade em 02/08/1994 - pelo que este não pode responder pelas obrigações assumidas pela falida após sua retirada -; e (ii) grande parte do passivo descoberto da Falida se deve à desastrosa atuação do Síndico, o que também não pode ser imputado ao recorrente!" (e-STJ fl. 1.125),

(ii) arts. 39 e 40 da Lei n. 6.024/1974, 458, II, 186, 187 e 927 do CC/2002 e 333

do CPC/1973, ao entender que "a sentença condenatória produziria efeitos civis em relação ao recorrente" (e-STJ fl. 1.130). Afirma, para tanto (e-STJ fl. 1.130):

55. Ocorre que a referida sentença penal, conquanto condenatória, não demonstrou culpa do recorrente, pois não houve apuração individual da conduta dos réus naquela demanda.

56. De fato, na ação penal havia alegação de inépcia da denúncia justamente por não particularizar a conduta de cada réu. Essa arguição não foi acolhida sob o fundamento de que seria prescindível o detalhamento das condutas em se tratando de crime societário, como se observa de fl. 243.

57. Ora, evidente que tal solução - prescindir da análise pormenorizada das condutas - não se aplica ao caso em exame, pois, em se tratando da responsabilidade de administradores de instituições financeiras, a responsabilidade é subjetiva, conforme melhor interpretação dos artigos 39 e 40 da Lei n.º 6.024/74.

Conclui que "somente os administradores que, por culpa o a dolo, incorreram em omissão ou praticarem atos ilícitos que contribuíram para a quebra podem ser responsabilizados em ações de responsabilidade civil como a presente demanda, e 'somente pelos atos que tiverem praticado ou omissos em que houverem incorrido com culpa ou dolo!'" (e-STJ fl. 1.133). Sustenta ser "sem qualquer relevância, pois, a sentença penal genérica, que prescindiu de exame individualizados das condutas por se tratar de crime societário. Em sede de ação de responsabilidade civil, impõe-se a análise individual das práticas tidas por ilícitas. É nessa medida, pois, que o acórdão recorrido incorre em violação aos artigos 39 e 40 da Lei 6.024/74 (que 'dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras, e dá outras providências'), pois em nenhum momento se preocupou a Corte Estadual em identificar condutas de cada um dos réus" (e-STJ fls. 1.132/1.133), e

(iii) arts. 944, 990, 1.010, § 3º, e 1.080 do CC/2002, 40 da Lei n. 6.024/1974 e 5º da LINDB, em razão de ser "completamente equivocado o tratamento dado ao caso no tocante à extensão da responsabilidade de cada réu" (e-STJ fl. 1.135). Aduz que "cabe referir que os artigos 990 e 1.010 do Código Civil - utilizados pelo Tribunal a quo como fundamento da decisão ora recorrida - somente são aplicáveis a sociedades em comum e sociedades simples, respectivamente! Sua aplicação no caso dos autos, portanto, é absolutamente descabida, na medida em que a Falida consiste em instituição financeira regularmente constituída! Já o disposto no artigo 1.080 do Código Civil, por sua vez, não tem o condão de ensejar a responsabilização do ora recorrente pela quebra da ora recorrida, tampouco de forma solidária e ilimitada. Veja-se que, ao contrário do entendimento esposado na decisão recorrida, para que a responsabilidade dos sócios se torne ilimitada é necessário que estes tenham expressamente aprovado deliberações infringentes ao contrato social ou à lei!. Ocorre que - além de não haver nos autos qualquer prova da prática de condutas antijurídicas pelo demandado ALPHEU, ora recorrente - não foi sequer individualizada a conduta dos demandados ao longo da instrução do feito, de forma que não há como se afirmar que o ora recorrente tenha expressamente aprovado

qualquer deliberação irregular! Não fosse isso, tem-se que a responsabilidade dos administradores de instituições financeiras é disciplinada pelos artigos 39 e 40 da Lei 6.024/74, que dispõem especificamente sobre tal tipo de sociedade, sobrepondo-se ao regramento constante do Código Civil, por força do critério de especialidade" (e-STJ fls. 1.135/1.136).

Busca, em suma (e-STJ fl. 1.137):

- (a) acolhendo a preliminar de negativa de vigência ao art. 535, II, do CPC, cassar o acórdão dos embargos de declaração, determinando que o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul sane a omissão apontada, ou;
- (b) ultrapassada a preliminar supra, dar provimento ao recurso especial com base na alínea "a" do permissivo constitucional, para (b.1) cassar o acórdão recorrido por vulneração ao art. 458, II, do CPC, vez que não particularizada a conduta pretensamente culposa de cada réu ou, se assim não se entender, (b.2) reformar o acórdão recorrido no sentido de (b.2.1) julgar improcedente a ação proposta pela recorrida, invertendo-se os ônus sucumbenciais; ou, caso não seja este o entendimento desta Colenda Câmara Cível (b.2.2) limitar a responsabilidade do recorrente ao período em que este exerceu a administração da empresa e aos prejuízos comprovadamente causados pelos atos por estes praticados de forma culposa ou dolosa, cuja apuração deve ocorrer em sede de liquidação de sentença.

No agravo (e-STJ fls. 1.158/1.171), foram refutados os fundamentos da decisão agravada e alegado o cumprimento de todos requisitos legais para recebimento do especial.

Parecer do Ministério Público Federal pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 1.233/1.238).

Pedido de tutela provisória às fls. 1.241/1.711 (e-STJ).

É o relatório.

Decido.

O recurso especial foi interposto com fundamento no Código de Processo Civil de 1973, motivo por que deve ser exigido o requisito de admissibilidade recursal na forma nele prevista, com as interpretações dadas pela jurisprudência desta Corte (Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

No presente caso, verifico que, mesmo mediante a oposição de embargos declaratórios, o Tribunal *a quo* manteve omissões a respeito de questões pertinentes ao deslinde da causa, oportunamente suscitadas pelo recorrente, quais sejam:

(a) limitação da responsabilidade subjetiva do recorrente ao período em que fez parte da sociedade (até 02/08/1994), e

(b) existência de responsabilidade civil do síndico da massa falida.

Assim, faz-se necessário o retorno dos autos à instância originária, a fim de que a Corte local se pronuncie sobre a referida questão.

Nesse mesmo sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO

ESPECIAL. OMISSÃO. OBSCURIDADE. CONTRADIÇÃO. EXISTÊNCIA.

1. Não havendo o Tribunal de origem apreciado as matérias suscitadas nos embargos de declaração opostos pelo ora embargante, configurada está a ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973, a impor o retorno dos autos à origem para complementar a devida prestação jurisdicional.

2. Embargos de declaração acolhidos com efeitos modificativos.

Decisão e acórdão proferidos por esta Corte anulados.

(EDcl no AgRg no AREsp 630.520/BA, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 11/09/2018.)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - DUPLICATA EMITIDA SEM AS FORMALIDADES LEGAIS - ACÓRDÃO DESTE ÓRGÃO COLEGIADO QUE NEGOU PROVIMENTO AO AGRAVO REGIMENTAL, MANTENDO HÍGIDA A INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. Embargos de declaração que merecem acolhida, com efeitos infringentes, em virtude de omissão na análise de questão imprescindível ao correto deslinde da controvérsia. Negativa de prestação jurisdicional arguida nas razões do recurso especial.

Violação ao artigo 535 do CPC configurada. Acórdão do Tribunal de origem que deixou de se manifestar sobre pontos imprescindíveis ao adequado desenredo da contenda.

2. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes, para reformar o acórdão que julgou o agravo regimental, a fim de acolher a preliminar de negativa de prestação jurisdicional formulada nas razões do apelo nobre e, uma vez anulado o acórdão de fls.

477-478, determinar o retorno dos autos à origem a fim de que sane as omissões e contradições apontadas no petitório de fls. 448- 473.

(EDcl no AgRg no REsp 1021214/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 14/04/2015, DJe 24/04/2015.)

Prejudicadas as demais alegações.

Diante do exposto, CONHEÇO do agravo e DOU PROVIMENTO ao recurso especial, para anular o acórdão dos embargos de declaração e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, para que supra as omissões apontadas. Fica prejudicado o pedido de tutela provisória para concessão de efeito suspensivo ao recurso especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 22 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator